

TERMO DE REUNIÃO

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2020, às 16h, reunidos virtualmente pela plataforma Teams, os Senhores: Leandro Santos da Silva – Coordenador do Núcleo da APLB, Alberto Carvalho – Advogado da APLB, Lorena Santana – Advogada do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Biritinga, Celso Antônio Avelino de Queiroz – Prefeito Municipal de Biritinga, Welinton Mota – Procurador Jurídico do Município de Biritinga e a Promotora de Justiça Letícia Queiroz de Castro, titular da 4ª Promotoria de Justiça e Serrinha, que preside reunião para tratar de assunto relacionado a falta de pagamento de salários aos servidores públicos municipais por parte do atual gestor do Município de Biritinga/BA e a possível configuração de ato de improbidade administrativa.

Aberta a reunião pela Promotora de Justiça, após apresentação foi realizado um resumo explicando desde o início das primeiras reclamações recebidas, procedimentos instaurados, reuniões e diligências realizadas, salientando a dificuldade sempre relatada pelos representantes da APLB e do sindicato dos servidores municipais, de comunicação com o gestor do Município; que são muitas as denúncias recebidas por vários canais do MP, desde o e-mail da secretaria, Ouvidoria, CAOPAM etc.; que após a informação de que a APLB e o sindicato haviam judicializado a questão, foi promovido o arquivamento da Notícia de Fato; que a despeito disso, muitas denúncias continuaram chegando ao Ministério Público, o que trouxe muita preocupação, sobretudo com a possibilidade de configuração de ato de improbidade e provocou a necessidade da reunião ocorrida na semana passada e a presente reunião, já contando com a presença do gestor do município. Dada a palavra ao Procurador Jurídico, declarou: que realizou reunião com Advogado Dr. Alberto, Lorena e Leandro, para tratar do assunto, mas o problema é a falta de verba; que o Município é pobre e não está tendo como sustentar folha; que não há como pagar todos funcionários de vez; que dia 30 de novembro vai finalizar o pagamento do mês de outubro; que 25 (vinte e cinco funcionários) faltam receber o

salário de outubro; que não dá para pagar tudo até o dia 10 de cada mês e, por tal razão, ocorre o atraso; que vai regularizar os pagamentos de salários no próximo mês. Pela Promotora de Justiça foi dito que a gestão é de quatro anos; que o Município de Biritinga sempre foi pobre; que esta é uma realidade já sabida pelo gestor quando quis concorrer ao cargo; que as denúncias começaram no final de 2019 e, inclusive, já há ações ajuizadas. Dada a palavra ao Prefeito informou: que começou a gestão com uma dívida grande e conseguiu regularizar; que sempre falou nas redes sociais que vai regularizar; que os sindicatos já veicularam nas redes sociais que ele estava devendo meses de salário e isso é mentira, não procede; que houve queda considerável na receita repassada pelo FUNDEB; que com a Pandemia o Município está recebendo só a porcentagem do FPM; que a folha de salários é muito alta e o Município não tem condições de arcar com os salários; que tentou fazer uma mudança no plano de cargos e salários, mas a APLB se mobilizou contra e acabei cedendo e voltando atrás; que foram pagos R\$ 11.700,000,00 (onze milhões e setecentos mil reais) e tenho como provar; que no Estado da Bahia acredito que fui o único Prefeito a pagar adicional de serviços; que não estou atrasando por falta de gestão nem de humanidade, mas sim por falta de recursos; que se o governo federal pagar o valor aluno eu vou regularizar todos os pagamentos no mês de dezembro/2020; que não foi escolhido e nem selecionado a dedo ninguém para receber o salário; que o pagamento do 13º salário foi feito (na data do aniversário) às pessoas mais necessitadas, com problemas de saúde; que tentei diálogo com a APLB; que o Município cresceu 1,04% no IDEB na minha gestão; que já encaminhei as folhas de pagamentos ao MPF e ao MPE; que fui orientado a extinguir os cargos em comissão, mas isso não vou fazer jamais. Passada a palavra ao representante da APLB, Sr. Leandro, expôs: que em relação às postagens nas redes sociais, esclareço que a APLB vai para as redes sociais, porque não há diálogo com a gestão, que forma vários encaminhamentos à Prefeitura, documentos por ofício, conforme apresentado ao Ministério Público; que em relação à folha, não houve redução de repasse do FUNDEB, que, diversamente, só aumenta; que há uma tabela que acompanho desde 2013; que há muitas situações irregulares que nunca foram denunciadas; que há funcionários que não trabalham ou trabalham em outro setor, estranho à educação, mas recebe na folha do FUNDEB; que há vereadora que não trabalha e recebe pelo FUNDEB; que por respeitar a gestão não foram feitas essas denúncias, sempre aguardando a

regularização dos salários dos servidores; que tenho consciência de que a folha está inchada sim, mas a falta de diálogo prejudicou a resolutividade, inclusive, no que se refere às revisões das situações irregulares que reclamam, por exemplo, redução da carga horária, a fim de enxugar mais a folha; que, todavia, nunca houve diálogo; que tem servidores com aproximadamente dois meses de atraso de salário; que o problema se arrasta há mais de um ano; que, com diálogo, situações como a da Vereadora Mariana que recebe 40 horas mas não atua em sala de aula, dentre outros, já era pra ter resolvido; que a falta de comunicação fez com que a situação tenha chegado ao ponto que chegou. Pela Promotora de Justiça foi dito: que o diálogo evita muito os problemas judiciais; que na reunião ocorrida no primeiro semestre do corrente ano, o Prefeito não participou e a dificuldade do diálogo caracteriza a dificuldade da resolutividade; que não compreendia o porquê da situação não ter sido sanada anteriormente, uma vez que, naquela mesma reunião, o Secretário de Educação demonstrou a intenção de resolver. Dada a palavra a Dr^a Lorena foi dito: que se a verba de outubro vai ser utilizada para pagar novembro, o que pode penalizar os salários futuros. Pelo Procurador Welinton foi dito: que vão ser pagos todos os salários do mês de novembro até o dia 30/11/2020. Pelo Prefeito foi dito: que o governo não vem repassando todo o valor devido do valor aluno, que já foi feito levantamento e tem em média R\$ 2.400,00 (dois milhões e quatrocentos mil) para receber e esse valor, uma vez repassado, garantirá os salários de dezembro e toda a dívida será quitada com a classe de professores; que o FPM deixou de repassar R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) nos últimos meses; que não só Biritinga está vivendo essa situação, mas outros municípios como Queimadas também apresenta a mesma dificuldade; que a Vereadora Marivânia coloca outra pessoa para trabalhar no lugar dela; que não existem servidores estranhos de outras áreas recebendo na folha do FUNDEB; que desconheço o que Leandro relatou, não é verdade; que se dedicou trinta e dois anos ao Município de Biritinga, mas isso não é reconhecido. Pela Promotora foi dito que essas distorções precisam ser sanadas para que o dinheiro tenha a destinação correta e não falte. Pelo Prefeito foi dito: que há projeto na Câmara para aprovação com valores exorbitantes de salários encaminhado pela própria APLB. Passada a palavra ao Advogado da APLB, Dr. Alberto: que sempre pautou sua conduta pelo diálogo, mas infelizmente não houve êxito; que lamenta o ponto que chegou, uma vez que deveria ser sanada a situação se a gestão ouvisse, desse atenção à classe; que em outro município que trabalhou

como Advogado da APLB a situação se resolveu no diálogo; que espera que os compromissos sejam honrados e os servidores consigam receber seus salários; que acredita haver recursos suficientes para regularizar, mas falta organização e diálogo para evoluir; que pela primeira vez consegue falar com o Prefeito de Biritinga, na presente reunião; que representa a APLB há quatro anos e nunca conseguiu falar com o Prefeito, infelizmente, isso só está sendo possível no presente momento. Pela Promotora foi dito que os atritos ocorrem em torno da falta da comunicação; que é natural que as reivindicações sejam feitas nas redes sociais, uma vez que a situação não é resolvida; que também lamenta muito em saber que o que foi dialogado na primeira reunião no primeiro semestre não adiantou; que caso as pequenas distorções fossem corrigidas em tempo, o montante do valor economizado serviria para pagar em dia os salários e não ocorreria atrasos; que a situação é grave; que administrar um município é trabalho duro, não é fácil, tem que fazer conta, fazer escolhas difíceis, fazendo o possível para honrar os pagamentos; que salário significa a subsistência das pessoas; que caso os servidores não aceitassem a regularização das distorções, eles mesmos seriam os culpados pelo que está ocorrendo; que tudo é uma questão de gestão, de administração; que um plano de cargo e salário inexecutável, incompatível com as receitas do Município, deve ser modificado por meio de amplos debates e pareceres técnicos; que é muito melhor para os servidores que aceitem o que é real, do que viver desejando aquilo o que foi previsto equivocadamente na lei e não é factível para a realidade do Município e sofrendo com esse tipo de situação. Pelo Procurador do Município: que no dia 30/11/2020 pagará os salários dos 25 servidores, correspondente ao salário do mês de outubro, que estão em atraso; que no mesmo dia 30/11/2020, começará a pagar os salários do mês de novembro até o dia 20/12/2020; que de 20 a 30/12/2020 pagará todo o mês de dezembro de 2020; que vai bater a meta de administrar 48 meses e pagar 49 meses, pois quando foi assumido o mandato havia um mês pendente de folha de pagamento de pessoal; que os servidores não aceitam cortar verba salarial. Pelo Prefeito foi dito: que falta 60% do pagamento dos 13º salários dos Professores; que para os servidores de outras áreas, como a Saúde, já foi pago quase 100% do décimo. Pela Dra. Lorena foi questionado se é certeza esses pagamentos, ou depende das verbas que estão para receber do governo federal. Pelo Prefeito foi dito: que está diligenciando o recebimento desses recursos; que caso não entrem essas verbas, novas contas terão que ser feitas; que quero encerrar meu mandato

com chave de ouro; que muitas coisas postadas nas redes sociais magoam porque sempre procurei ajudar. Pela Dra. Lorena foi questionado se não em como pagar até o 5º dia útil e Dr. Welinton informou que não tem como fazer esse compromisso, porque não terá como cumprir; que será feito o pagamento de novembro até o dia 20/12. Dada a palavra a Leandro: que nunca foi contra as reduções; que agradece a presença do gestor e procurador. Pelo procurador e pelo prefeito foram pedidas desculpas a Leandro e esclarecido que a resistência e os atritos ocorridos com a gestão sempre partiram de outra representante sindical e não de Leandro. Em seguida, Dr. Alberto desejou boa sorte, que todos tenham paz no final do corrente ano, que sabe e entende como é difícil administrar, mas que a situação precisa ser sanada. Nada mais se acrescentou, a Promotora agradece a participação de todos, encerra-se o presente Termo de Reunião, que segue assinado, por meio eletrônico/digital, pela Promotora de Justiça e demais presentes.

LETÍCIA QUEIROZ DE CASTRO
Promotora de Justiça

Celso A. Queiroz
Prefeito Municipal

Welinton Mota
Procurador jurídico

Lorena Santana
Advogada – SSPMB

Leandro Santos
Representante APLB

Alberto Carvalho
Advogado - APLB